

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO
Documentos Catalogados no Período de 01/09/2020 a 30/09/2020

LEIS FEDERAIS

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.057, de 11 de setembro de 2020.](#)

Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.058, de 17 de setembro de 2020.](#)

Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.](#)

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.](#)

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). [Resolução nº 702, de 27 de agosto de 2020.](#)

Altera a Resolução nº 576, de 19 de abril de 2016.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competividade. [Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020.](#)

Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 21.232, de 23 de setembro de 2020.](#)

Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção – FAP em 2020, com vigência para o ano de 2021 e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.3, calculados em 2020, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). [Portaria nº 2.309, de 20 de agosto de 2020.](#) Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Portaria nº 160, de 9 de setembro de 2020.](#) Estabelece o cronograma de saneamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud e regulamenta o acesso público aos dados do DataJud por meio de API – Application Programming Interface.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Recomendação nº 74, de 21 de setembro de 2020.](#) Recomenda medidas para implementação de política de dados abertos no âmbito do Poder Judiciário.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Recomendação nº 75, de 9 de setembro de 2020.](#) Recomenda a regulamentação, pelos tribunais, do direito à compensação por assunção de acervo.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Recomendação nº 76, de 8 de setembro de 2020.](#) Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 339, de 8 de setembro de 2020.](#) Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas - NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 340, de 9 de setembro de 2020.](#) Altera a Resolução CNJ no 88/2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 343, de 9 de setembro de 2020.](#)
Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 344, de 9 de setembro de 2020.](#)
Regulamenta o poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Resolução nº 272, de 26 de junho de 2020.](#) Altera a Resolução CSJT nº 162, de 19 de fevereiro de 2016, que regulamenta o instituto das férias de servidores, de que tratam os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.112 no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Resolução nº 273, de 26 de junho de 2020.](#) Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos magistrados e servidores aposentados e dos pensionistas da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Resolução nº 274, de 28 de agosto de 2020.](#)
Altera a redação da Resolução CSJT nº 185, de 24 de março de 2017, que dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho.

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [Resolução nº 275, de 28 de agosto de 2020.](#)
Altera a redação da Resolução CSJT nº 179, de 24 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o funcionamento do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho e disciplina a coordenação dos sistemas de construção patrimonial.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). [Recomendação nº 10, de 17 de setembro de 2020.](#)
Recomenda aos Tribunais Regionais do Trabalho, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, priorizar atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho (CRJT). [Provimento Conjunto nº 5, de 18 de setembro de 2020.](#)

Institui o Cadastro Eletrônico de Peritos, Órgãos Técnicos ou Científicos, Tradutores e Intérpretes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - CPTEC-TRT4, dispõe sobre o gerenciamento desse cadastro, a nomeação dos profissionais ou órgãos e o pagamento dos honorários correspondentes com recursos vinculados ao custeio da gratuidade da justiça, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho (CRJT). [Portaria Conjunta nº 3.378, de 10 de setembro de 2020.](#)

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o atendimento telepresencial de magistrados a advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público do Trabalho e partes, estas apenas quando atuem no exercício do jus postulandi, durante a vigência das medidas restritivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho (CRJT). [Portaria Conjunta nº 3.659, de 10 de setembro de 2020.](#)

Desmembra o Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios (JAEP), institui o Juízo Auxiliar de Precatórios (JAP), o Juízo Auxiliar da Execução (JAE) e a Divisão de Execução, estrutura e organiza os respectivos funcionamentos e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 3.342, de 8 de setembro de 2020.](#) Dispõe sobre o processo de redistribuição por reciprocidade com cargo vago deste Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 20, de 18 de setembro de 2020.](#)

Dispõe sobre a Ação Conciliatória Voluntária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.465, de 5 de setembro de 2020.](#)

Estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.469, de 7 de setembro de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.472, de 10 de setembro de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.482, de 14 de setembro de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.483, de 14 de setembro de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.494, de 21 de setembro de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.495, de 21 de setembro de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.